Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR	**:**	**DSG-G.ICN-5580/2013**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/7309/2013
PROTOCOLO	**:**	1414217
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
INTERESSADO	**:**	WALDELI DOS SANTOS ROSA
CARGO DO INTERESSADO	**:**	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	PROCESSO LICITATÓRIO
RELATOR	**:**	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

EMENTA

LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. OTI DGGM/PRES/03/2010. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRANSPORTE ESCOLAR. ATOS REGULARES E LEGAIS. PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2013 (peça 7 - fls. 1/34) .

O fundamento legal a dar sustentação ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar Federal nº 123/06, Decreto Estadual nº 9234/2008 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é a prestação de serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino, área rural, durante o ano letivo de 2013, conforme discriminação consignada no item 2 do Edital (peça 7 - fl. 1).

O valor orçado e estimado para o custeio da despesa ascende a R$ 200.657,25 (duzentos mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme consignado na Análise Conclusiva (peça 18 - fl. 3).

A análise nesta fase desta primeira etapa recai sobre o exame do procedimento licitatório, conforme o previsto nos artigos 304 e seguintes do Regimento Interno desta Corte de Contas e regulamentação emanada da Orientação Técnica Interna DGGM/PRES. Nº 03/2010.



A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta fase desta primeira etapa opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise Conclusiva ANC-2ª ICE-6261/2013 (peça 18 - fls. 1/5).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB 5 DR TMV/SUBSTITUTO-7290/2013 (peça 19 – fls. 1/3), opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado,

É a síntese do relatório.

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2013 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações destinadas a atender as demandas de serviços de transporte de alunos no Município de Costa Rica/MS durante o ano letivo de 2013.

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, entende estarem em estrita obediência às formalidades exigidas para a seleção da melhor proposta, estando, pois, revestidos dos aspectos atinentes à legalidade e regularidade no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos (peça 18 - fl. 4), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Tomada de Preços nº 1/2013**realizado pelo **Município de Costa Rica – MS** nos termos do artigo 307 da Resolução Normativa TC/MS nº 57 de 7 de junho de 2006, considerando o procedimento determinado pelo art. 3º, inciso I da OTI/DGGM/PRES nº 03/2010 que trata dos procedimentos licitatórios que resultam em contratações coletivas.

Na mesma linha de entendimento o douto Ministério Publico de Contas pugna pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório em apreço, mediante a seguinte dicção (peça 19 - fl. 2), *verbis*:

> Em vista do exposto, o Ministério Público de Contas opina pela **Legalidade** e **Regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 1/2013, nos termos do artigo 307 da Resolução Normativa TC/MS n° 057 de 7 de junho de 2006

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas



porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2013 se mostra adequado às normas legais vigentes, estando, pois, apto a dar sustentação aos contratos dele provenientes.

Por todo o exposto, acolhendo o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 13, inciso V da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006,

DECIDO:

1 – pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2013, instaurado pelo Município de Costa Rica/MS, CNPJ/MF nº 15.389.596/0001-30, realizado através do Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Waldeli dos Santos Rosa, CPF/MF nº 326.120.019-72 (peça 1), como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, nos termos do art. 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 311, inciso I c/c o art. 312, inciso I (primeira parte) da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, observado o procedimento aprovado pela OTI DGGM/PRES nº 03/2010;

2 – pelo retorno destes autos à 2ª ICE para o acompanhamento das contratações dele derivadas, nos termos do disposto na OTI DGGM/PRES nº 03/2010;

3 – pela comunicação do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 106 da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006.

Campo Grande/MS., 28 de junho de 2013.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator